

“O CAMINHO DA RECONCILIAÇÃO”:

UMA REFLEXÃO SOBRE OS EPISÓDIOS DE
RETRATAÇÃO PÚBLICA PROTAGONIZADOS
POR MILITANTES QUE COMBATIAM
A DITADURA NO BRASIL (1970 – 1975)

Alessandra Gasparotto¹

No dia 21 de maio de 1970, cerca de cem jornalistas brasileiros e estrangeiros compareceram na sede da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, a convite do então secretário, delegado Danilo Cunha e Melo. O convite, distribuído aos principais meios de comunicação da época, afirmava:

Convidei-os a comparecer a meu gabinete a fim de lhes apresentar cinco presos que estão à disposição da Justiça brasileira. Trata-se de MARCOS VINICIO FERNANDES DOS SANTOS, RÔMULO AUGUSTO ROMERO FONTES, MARCOS ALBERTO MARTINI, GILSON TEODORO DE OLIVEIRA E OSMAR OLIVEIRA RODELLO FILHO.

Os srs. já receberam a autobiografia destes rapazes, *todos eles envolvidos em atos de terrorismo*. Após muita meditação, resolveram eles redigir um documento dirigido ao jovem brasileiro e outro endereçado à opinião pública internacional. [...]²

Nesta data, os cinco jovens, apresentados como militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)³, afirmaram aos jornalistas presentes que “depois de uma análise profunda da Revolução de 31 de março, permitida pelo longo tempo na prisão, estamos convictos que o Exército é o único instrumento homogêneo da nacionalidade, capaz de conduzir este país aos seus verdadeiros objetivos”⁴. Lançaram também dois manifestos: uma “Carta aberta ao jovem brasileiro” e uma “Carta aberta à opinião pública internacional”, nos quais, além de dizerem-se convencidos dos progressos empreendidos pelo governo militar, negaram veementemente a existência da tortura, divulgada no exterior “por uma imprensa interessada em denegrir o Brasil” e acusaram a esquerda de ser “falecida em seus ideais”⁵.

Rômulo Fontes, o mais velho entre eles, tinha então 23 anos. Natural de Pernambuco, iniciou sua militância política no movimento estudantil secundarista realizando tarefas de propaganda e chegou a participar de algumas atividades junto às Ligas Camponesas⁶. Após o golpe de 1964 passou a ser procurado pela repressão e teve de fugir. Seguiu para Palmares, depois para Recife, escondendo-se na casa de companheiros. Ligou-se então ao Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT)⁷, buscando realizar um trabalho de enfrentamento ao golpe, sendo o responsável teórico pelo grupo no Nordeste. Rompeu com o PORT em setembro de 1966 e foi preso em Fortaleza. Depois de solto, partiu para São Paulo e acabou estabelecendo contatos com membros da VPR⁸. Foi preso novamente em 1969 e transferido para o Presídio Tiradentes, onde conheceu os outros quatro militantes com os quais posteriormente protagonizaria uma retratação pública.

Marcos Vinício nasceu em São Paulo, em 1947, e aos 14 anos iniciou sua militância política no PCB. Já afastado do “Partidão”, organizou uma base secundarista expressiva no Colégio Estadual Basílio Machado, onde estudava, e passou a destacar-se como importante líder do movimento estudantil paulista a partir de 1966, quando irromperam as primeiras manifestações de massa contra a ditadura. Foi neste contexto de mobilizações estudantis que conheceu Osmar Rodello, Gilson Teodoro e Marcos Martini, também estudantes secundaristas, e começaram a militar juntos na Frente Estudantil Secundarista, uma organização que buscava reorganizar a UPES (União Paulista dos Estudantes Secundaristas).

Com o fechamento do regime, especialmente após o AI-5, evidenciou-se a dificuldade em dar seguimento a um trabalho de massas, e o grupo passou a estabelecer contato com algumas organizações armadas. Reuniram-se com um representante da VPR, e decidiram fazer uma expropriação no Banco Aliança, com o apoio logístico da referida organização. Dez dias após a ação, em 2 de fevereiro de 1969, Marcos, que era o elo entre o grupo e a VPR,

foi preso. Tinha então 21 anos. Logo após sua prisão, foram presos também Martini e Rodello. Em julho, foi a vez de Gilson Teodoro. Encontraram-se novamente nas celas do Presídio Tiradentes, compartilharam momentos de angústia e dor, e, segundo suas próprias palavras, acabaram muito unidos. Meses depois, lançaram os manifestos.

As declarações dos cinco militantes foram amplamente divulgadas nos veículos de comunicação do país; reportagens sobre o tema ganharam destaque na televisão e nos principais periódicos nacionais. No Rio Grande do Sul, por exemplo, ocuparam as manchetes de capa dos três grandes jornais gaúchos: *Zero Hora* (“Subversivos presos lançam um manifesto em São Paulo”)⁹, *Diário de Notícias* (“Cinco renegam ao terrorismo e apelam aos jovens para que apóiem o governo”)¹⁰ e *Correio do Povo* (“Cinco estudantes subversivos renegaram os seus princípios”)¹¹.

A apresentação pública destes jovens marcou o início de uma série de retratações de militantes de esquerda, que ficaram conhecidos como *arrepentidos*¹². A pesquisa em fontes de imprensa apontou que, entre 1970 e 1975, aproximadamente 40 militantes, de diferentes origens e organizações, protagonizaram tais retratações. Somente em 1970, 15 militantes foram apresentados como *arrepentidos*. Destes, pelo menos 12 tiveram suas declarações divulgadas na televisão (em parte ou na íntegra)¹³. As retratações eram apresentadas na forma de entrevistas coletivas, cartas escritas “de próprio punho”, manifestos e aparições em programas de televisão, além de declarações de arrependimento atribuídas a militantes por autoridades policiais e militares. Embora abordassem temas diversos, seu teor estava centrado em alguns pontos específicos: a negação da existência de tortura nos porões da ditadura; o apelo à juventude para que não ingressasse na luta armada; a desmoralização das organizações clandestinas e de seus líderes; e o elogio às obras do Governo Médici e à “Revolução Redentora”.

Menos de um mês após a divulgação dos manifestos do primeiro grupo, foi a vez do jovem nissei Massafumi Yoshinaga – o *Massa*. Conhecido como uma das lideranças da VPR paulista, *Massa* também era oriundo do movimento estudantil secundarista. De acordo com o historiador Jeffrey Lesser, no final de 1969 Massafumi era um dos 50 militantes de esquerda mais procurados no país. Em novembro do mesmo ano, passou a integrar a equipe responsável pela primeira área de treinamento guerrilheiro da VPR, na cidade de Jacupiranga, no Vale da Ribeira (SP), da qual também fazia parte o capitão Carlos Lamarca¹⁴.

O período entre a saída de Massafumi da área de treinamento no Vale da Ribeira até o seu *arrepentimento* público, em 3 de julho de 1970, é bastante nebuloso, dando margem a informações desconstruídas. Após deixar o Vale

da Ribeira, segundo algumas fontes, Massa teria se afastado da organização¹⁵, e partiu para o interior de São Paulo, onde ficou trabalhando na roça durante certo tempo. De acordo com a reportagem da revista *Veja*, publicada em julho de 1970, retornando à capital paulista, impedido de contatar a família por medo da repressão, acabou dormindo na rua, sem condições de se alimentar. Nessa situação, teria tentado estabelecer contato com antigos companheiros que estavam na prisão, através de uma irmã de Marcos Vinício, com quem havia militado no movimento estudantil secundarista. A partir deste contato, teria negociado sua rendição com os órgãos de repressão. No entanto, o tio do militante, Akitoshi Yoshinaga, nega que o sobrinho estivesse em dificuldades financeiras e afirma que o mesmo se entregou às autoridades na expectativa de contribuir para a libertação de seus companheiros¹⁶.

O que se sabe é que no dia 2 de julho a imprensa divulgou que Massafumi Yoshinaga se entregara aos órgãos de segurança do governo. Segundo os periódicos, o militante afirmou que o “terrorismo era a mais estúpida e débil forma de ação política”¹⁷, elogiou as principais obras de Médici e deixou um conselho aos jovens:

Fiquei entusiasmado com o presidente Médici. Soube que ele foi constatar *in loco* os problemas do Nordeste. Acho que precisamos de muita coisa no campo da assistência social, coisa com que o terrorismo nunca se preocupou, em momento algum. Um conselho aos jovens: é melhor preocupar-se em defender o aumento de 200 milhas do nosso mar territorial, que queimar bandeiras e matar policiais. A Transamazônica é um espetáculo e merece o aplauso de todos nós. O Projeto Rondon é uma coisa da qual todos os estudantes devem procurar participar.¹⁸

No dia seguinte, foi levado à televisão e lançou a “Carta aos jovens”¹⁹, documento no qual fazia um alerta à juventude sobre os riscos da vida na clandestinidade.

Como a revista *Veja* informou anos depois, sua entrevista à televisão foi “um espetáculo inédito e de grande impacto político”²⁰. O depoimento do militante, então com 21 anos, teve grande repercussão, tanto por sua idade, como pela “fama” que havia conquistado. As declarações de Massa ganharam as capas dos principais jornais do país, além de reportagens nas mais importantes revistas da época, como *O Cruzeiro*, *Veja* e *Manchete*. O semanário *Veja*, por exemplo, publicou reportagem de capa intitulada “O terror renegado”, que estampava a foto do jovem militante.

Na edição cuja manchete de capa era “Médici indica o caminho da reconciliação”, publicada no dia 4 de julho de 1970, a *Folha de S.Paulo* noticiou

que o presidente da República “afirmou que a política nacionalista de desenvolvimento é o caminho para vencer o terrorismo e reconciliar o país, unindo a todos no esforço para a construção de um futuro promissor”. Como demonstração de sua tese, Médici teria citado “o caso do ex-terrorista Masafumi Yoshinaga, de 21 anos, que se entregou às autoridades em São Paulo, impressionado pelas recentes iniciativas do governo”. O governante falou de “três das iniciativas mencionadas pelo jovem: a visita do presidente ao Nordeste, a decisão de construir a rodovia Transamazônica e o decreto-lei que ampliou para 200 milhas o mar territorial brasileiro”²¹.

O depoimento de Massafumi marcou uma nova fase nos episódios de retratação: seu impacto foi muito superior àquele causado pelas declarações do grupo de maio. O militante foi bastante exposto, participou de entrevistas a televisões brasileiras e estrangeiras, passou a ser convidado para dar palestras em escolas e universidades, algumas vezes na companhia de Marcos Vinício e Rômulo²². O que se evidencia, ao acompanhar as notícias veiculadas após sua ida à televisão, é que tanto a imprensa como o governo “descobriram” então as potencialidades deste tipo de ação: um enfrentamento com os grupos armados utilizando como “arma” seus próprios militantes e uma estratégia de comunicação capaz de mobilizar e sensibilizar a opinião pública, aumentando os índices de audiência.

A partir do *arrependimento* de Massa, houve empenho das autoridades em conseguir outras retratações. A libertação do militante, dias depois, pode ser entendida como um sinal de que o governo estava disposto, inclusive, a negociar penas como forma de atrair outros *arrependidos*²³. Não são poucos os relatos de militantes que se referem às pressões ou “convites” por eles recebidos para realizarem este tipo de depoimento²⁴. Tal foi o caso de Celso Lungaretti.

Lungaretti, assim como os outros militantes cujas histórias foram aqui narradas, também iniciou sua trajetória política no movimento estudantil secundarista e participou ativamente das mobilizações que marcaram o período. Após ingressar na VPR, tornou-se o responsável pelo Setor de Inteligência da organização em São Paulo, e meses depois seguiu para a área de treinamento no Vale da Ribeira. Ao deixar a área, no final de 1969, e seguir para o Rio de Janeiro, foi preso na manhã do dia 16 de abril de 1970. Após sofrer intensas sessões de tortura, acabou “abrindo” alguns pontos e revelou informações a respeito da organização. Sua “confissão” sobre a primeira área de treinamento de guerrilha urbana, que ele pensava estar desativada, teria, segundo relatório da VPR²⁵, levado a repressão a descobrir a segunda área, onde encontravam-se Lamarca e outros membros do grupo. Lungaretti ficou então marcado como traidor e foi deixado de fora de uma lista de 40 presos

que sua organização exigiu em troca da libertação do embaixador alemão Von Holleben, sequestrado dias depois. Em um livro autobiográfico lançado em 2005, Lungaretti afirma que estava abalado psicologicamente e foi ameaçado de morte, sendo forçado a redigir uma declaração em que se dizia *arrepentido*²⁶. Passados alguns dias, levaram-no à televisão. Era mais um a trilhar o chamado “caminho da reconciliação”.

Como compreender estes processos de retratação pública? Quais razões explicam a exibição destes militantes em rede nacional? Quais as motivações do governo ao organizar tais retratações públicas?

Para dar conta destas questões, impõe-se pensar no contexto brasileiro naquele início da década de 1970. O regime colhia então os frutos de seu “milagre econômico”, alcançava a aprovação de expressivos setores da sociedade, impunha um rígido controle sobre os meios de comunicação e havia criado um articulado aparato de informação e repressão. Enfrentava, no entanto, a resistência de numerosos partidos e organizações de esquerda, muitos dos quais haviam passado para a clandestinidade e adotado a luta armada como forma de combater a ditadura²⁷.

Em seu livro *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento*, o historiador Gilvan Veiga Dockhorn afirma que, com as crescentes ações das organizações de esquerda, o medo do comunismo foi incrementado e associado ao temor da perda dos privilégios por parte de uma classe média recém-integrada ao mercado de consumo²⁸. Esta concepção de inimigo interno impôs a remodelação da estrutura idealizada para a execução de uma estratégia de Segurança Nacional, no sentido de reforçar o aparato anti-subversão, e orientou também parte das ações da propaganda do regime. De acordo com o autor, a veiculação de retratações públicas, “compuseram mais um ato na disputa política. Antigos revolucionários passaram de contestadores a propagandistas do governo que pretendiam destruir e do regime que almejavam derrubar”²⁹.

Segundo ele, a estratégia de *arrepentimentos* fazia parte da “guerra psicológica” que tentava desestabilizar os grupos guerrilheiros, a fim de demonstrar a superficialidade de seu compromisso ideológico e seu isolamento da população em geral. Servia também de estímulo à desistência de muitos jovens em ingressar nestas organizações:

A apresentação de jovens “reconvertidos” demonstrava como a subversão e violência infiltrava-se nas famílias, destruía lares, aliciava jovens e visava à destruição da sociedade como um todo. Também procurou expor a superficialidade do compromisso revolucionário, apresentando-os como devaneios da juventude de classe média.³⁰

Nesse sentido, as retratações estariam inseridas em uma campanha para desacreditar e desmoralizar a imagem das referidas organizações perante a opinião pública – a chamada “política do desarmamento psicológico”, defendida pelo então presidente Emílio Médici³¹. Com esse objetivo, em sua mensagem de Ano Novo para o ano de 1970, o presidente teria aberto as portas “aos que se haviam perdido nos descaminhos da escalada da contestação” e declarado:

Quero voltar-me primeiro para os de mim distantes, os ignorados, os anônimos [...] A todos os homens de bem que se frustraram ou se enganaram, aos que procuraram na contestação e na violência encontrar o caminho que não é o nosso, apelo façam hoje o seu exame de consciência.³²

Acompanhando as reportagens da imprensa da época, percebe-se que esta tática de guerra psicológica era defendida por amplos setores do governo, que esperavam, assim, enfraquecer as possibilidades das organizações armadas de recrutarem novos militantes³³. Acreditavam também que esta “abertura” do regime aos que haviam “se desviado do caminho do bem” levaria “subversivos” descontentes a se render.

Após a rendição de Massafumi, seguida de sua retratação pública, em julho de 1970, as notícias veiculadas na imprensa ressaltam que as autoridades esperavam a mesma atitude da parte de outros “subversivos”. Em reportagem publicada no dia 17 de julho do mesmo ano, o *Correio do Povo* afirmava que “as autoridades policiais paulistas esperam que nas próximas horas o exemplo de Massafumi Yoshinaga seja seguido por outros terroristas, que já teriam entrado em contato com os setores de segurança, demonstrando a intenção de se entregar”³⁴. No dia seguinte, sob o título “Autoridades esperam rendição de outros terroristas”, uma matéria do mesmo jornal dizia que “a Secretaria de Segurança Pública poderá convocar os jornais para apresentar alguns terroristas que deverão entregar-se na próxima semana”. E prosseguia:

Os policiais explicaram que o cerco total ao terror está sendo desferido desde 1969, com os primeiros resultados somente aparecendo agora, com a prisão de vários subversivos e de outros que se entregaram espontaneamente. O extermínio do que resta do terrorismo em São Paulo é uma questão de calma e de pouco tempo.³⁵

Procurava-se, portanto, transmitir a ideia de que as organizações armadas seriam rapidamente liquidadas, e que havia espaço, no “seio da sociedade”, para aqueles que se “convertessem” e abandonassem a “subversão”.

Nas mensagens presentes nas declarações dos “convertidos” eram frequentes as críticas às organizações nas quais haviam militado. Nos depoimentos em relação a suas experiências na luta armada, destacam-se três aspectos bastante recorrentes: a denúncia da ligação dos grupos de esquerda com o movimento comunista internacional; a crítica, vinculada à exploração de conflitos e problemas internos entre as mesmas e seus militantes, aos líderes e aos métodos das organizações; e a tentativa de associar a luta armada com o uso de drogas e atentados à moral e aos bons costumes. Alguns exemplos podem ser vistos nas declarações de Massafumi, que atacou duramente a VPR e Lamarca:

Falo como quem viveu dia a dia, passo a passo, juntamente com Lamarca e outros a experiência do terrorismo. Vivi os impactos da clandestinidade que iam desde a notícia da morte de um amigo e companheiro – consequência única do fanatismo que lhe foi instilado – à verificação evidente da impotência política do movimento pelo seu distanciamento do povo e do país, à chantagem econômica que se fazia sobre militantes que queriam abandoná-las, às neurotizantes “regras de militância”, etc. Fui testemunha viva da megalomania messiânica dos chefetes, das justificações “político-ideológicas” ao puro bandoleirismo, da corrupção dos ideais... enfim do despropósito em tudo, desde os ideais mais gerais à vida cotidiana. Tenho hoje a firme consciência de que o terrorismo é a mais estúpida e débil forma de ação política e que descambou celeremente para o banditismo desenfreado.³⁶

Além de corroborar o discurso oficial de que as ações dos grupos de esquerda eram criminosas, como evidenciam os termos “bandoleirismo” e “banditismo”, o testemunho de *Massa* questionava também os mecanismos internos da organização, como as regras da militância, qualificadas por ele de “neurotizantes”. A descrição da vida nos “aparelhos” e na clandestinidade buscava deixar claro o afastamento dos militantes em relação ao resto da população, e o quanto as organizações estavam isoladas. Esta questão também foi abordada em outros *arrepentimentos*. Segundo Rheinold Klement, um dos líderes da VPR no Rio Grande do Sul, que se retratou publicamente em abril de 1971, “a distância cada vez maior da massa, obrigava-nos a ficar encolhidos e espremidos dentro dos limites da organização. Mesmo assim continuávamos falando do povo, como se o povo estivesse ali, para numa hora dada nos estender a mão. Belo engano o nosso”³⁷.

Nos depoimentos, pode-se perceber também a associação das perspectivas da segurança nacional com demandas da moral. Frequentemente, buscava-se associar as organizações de esquerda com o uso de drogas e com

atentados à moral e aos bons costumes. Os “aparelhos” eram mostrados como lugares onde o consumo de tóxicos e a promiscuidade sexual constituíam atividades comuns. Os *arrepentidos* poderiam dar legitimidade a estas representações construídas pelo regime, em função de suas vivências na clandestinidade. Neste sentido, na entrevista concedida à revista *Manchete*, intitulada “Terroristas do Brasil ouvi-me”, ao falar sobre uma reunião de sua ex-organização, Lungaretti contou que

Ficamos 20 dias enclausurados naquela casa de um sítio em Teresópolis. Horrorizou-me tudo quanto vi. Bebedeiras, farras, adultérios, tóxicos, brigas vergonhosas, bofetões e até tiros. Foi um espetáculo triste de baixa moral, de calúnias degradantes, de xingamentos recíprocos e de ambições desregradas.³⁸

As palavras escolhidas para descrever o cotidiano daquele grupo, como “bebedeiras, tóxicos e adultério”, vêm carregadas de negatividade e são passadas por um julgamento moral que, se ainda hoje pode ser percebido, naquele momento possivelmente estava ainda mais enraizado na sociedade brasileira. Em outra reportagem publicada no *Correio do Povo*, José Gercino Saraiva Maia, que se retratou em junho de 1971, teria afirmado que um dos pontos mais marcantes de sua experiência de três anos em “aparelhos” do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR)³⁹, foi a “degradação moral dos jovens comprometidos com a subversão, principalmente de moças que vivem como amantes de vários indivíduos”. A reportagem continuava dizendo que “por se sentir marginal, o subversivo passa a romper com todos os laços morais e uma constante nos ‘aparelhos’ são os estoques de pílulas anticoncepcionais e quando estas falham, o aborto é feito”⁴⁰.

O apelo moral existente mostra-se ainda mais intenso quando se refere às mulheres militantes, geralmente descritas de forma pejorativa, como nas declarações de Luiz Carlos Campos, apresentado como *arrepentido* em maio de 1971. Este, ao falar das “moças” militantes, conclamava os jovens a não se iludirem com “as palavras bonitas das moças da subversão, elas são criaturas hoje abandonadas pela família”, que “vivem em aparelhos com os demais, sendo usadas como mulher para os atos sexuais, usadas por qualquer companheiro da organização”. Campos fez também um apelo às moças do Brasil: “Moças, não te (*sic*) iludas, vocês será (*sic*) somente um instrumento mais em uso para eles. [...] Passarão a viver escondidas, com medo de serem presas, dormindo hoje aqui, amanhã não se sabe, quando muitas vezes tendo saído só com a roupa do corpo”⁴¹.

A partir dos excertos citados acima, evidencia-se como os depoimentos destes militantes foram utilizados na tentativa de desmoralizar e fragilizar as

organizações de esquerda. No entanto, há outras motivações que explicam a estratégia de *arrepentimentos* públicos. Uma delas era a preocupação do governo brasileiro em relação às críticas que vinha recebendo no exterior naquele início de 1970. Como nos diz Kushnir:

No ano de 1970, além das glórias do esporte, também despontaram as declarações do ministro da Educação do governo Médici, coronel Jarbas Passarinho, sobre a participação de universitários nos atos de guerrilha urbana, as informações do general Antônio Carlos da Silva Muricy acerca dos presos políticos e a denúncia da Comissão Internacional de Juristas à Organização dos Estados Americanos (OEA) a propósito da violação de direitos humanos no Brasil, seguida, meses depois, da condenação, pelo papa Paulo VI, das práticas de violência e tortura no país.⁴²

Tais críticas, relacionadas ao desrespeito aos direitos humanos e aos atos de tortura no Brasil, eram bastante frequentes naquele momento. Protestos e campanhas foram organizados, e vários jornais e revistas estrangeiros publicaram denúncias, motivadas principalmente pelos depoimentos de exilados ou presos políticos que acabaram sendo trocados por algum diplomata sequestrado. Estes, no exílio, passaram a se organizar, editar panfletos e jornais, lançar manifestos e promover campanhas denunciando as práticas repressivas do regime. Em estudo sobre a imprensa no exílio durante esse período, Denise Rollemberg Cruz formulou uma lista de aproximadamente 50 títulos publicados por exilados em diferentes países. A maior parte deles apresentava documentos de organizações, artigos temáticos, informações e estudos sobre a situação brasileira e denúncias contra a ditadura⁴³. Segundo a autora, a crítica aos desmandos do regime foi uma temática constante nesta imprensa, ganhando mais espaço ao longo dos anos 1970:

A imprensa procurou divulgar como a ditadura aperfeiçoou os órgãos da repressão, fazendo da tortura uma política de Estado. Desmascarava o recurso da polícia para encobrir os seus assassinatos, alegando acidentes ou suicídios. Publicava nomes de militantes mortos e torturados, assim como de torturadores e militantes ligados à estrutura repressiva. Homenageava guerrilheiros assassinados. Atuava, intensamente, nas campanhas pela libertação de presos políticos, detendo-se em nomes específicos, sobretudo de Manuel da Conceição, César Benjamim e Theodomiro dos Santos.⁴⁴

É interessante, por exemplo, a reprodução que Cruz apresenta do jornal *Campanha*, criado no Chile, em setembro de 1972 e cujo lema era: “Fazer

do exílio uma campanha”. No primeiro editorial, o grupo anunciava: “Nosso objetivo, ao lançar este periódico, é iniciar uma campanha pela unidade dos brasileiros no exterior. Ou mais exatamente transformar a estada fora do Brasil numa Campanha, que realmente seja parte de todo o combate contra a ditadura militar”⁴⁵. Assim, numerosos militantes se empenharam nesta tarefa, buscando espaços também na imprensa de cada país e realizando denúncias junto a organizações de direitos humanos.

Esta onda de críticas espalhou-se de forma expressiva, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, onde foram criadas redes de informação e entidades de apoio às vítimas da ditadura brasileira.

Tais acusações causavam indignação entre os membros do governo e seus apoiadores. As notícias veiculadas nos jornais traziam discursos de líderes governistas denunciando uma “campanha de difamação contra o Brasil no exterior”, a qual, segundo eles, era obra de “maus brasileiros”. A suposta campanha aparecia como tema de reportagens elaboradas em função destes discursos ou de manifestações de entidades da sociedade civil, editoriais de jornais e textos de colaboradores, também indignados com as críticas feitas ao país.

O governo buscava, de diferentes formas, estancar estas denúncias e amenizar os efeitos da pressão internacional. Ainda no primeiro semestre de 1970 foi instaurado um Inquérito Policial Militar cuja missão era apurar fatos relacionados à publicação de notícias que apontavam a existência de torturas e maus-tratos a presos políticos no Brasil. O inquérito apurou a participação de dois membros do serviço diplomático e de um funcionário do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores, os quais teriam distribuído material recebido através da mala diplomática, contendo panfletos e publicações denunciando o governo brasileiro, a intelectuais franceses⁴⁶. Em junho de 1970, o secretário da Justiça da Guanabara declarou que a “Guanabara abrirá prisões para quem quiser ver”. A ideia era que as prisões do estado pudessem ser visitadas por representantes dos dois partidos legais (Arena e MDB) a fim de que estes verificassem que não havia torturas contra qualquer preso⁴⁷. Em julho daquele ano, o ministro da Justiça anunciou, juntamente com a criação de um “Estatuto de Intervenção nos Municípios” e de um “Instituto Político”, destinado à formação política da juventude, a constituição de um “Órgão antidifamação”, responsável por contra-atacar, “não permitindo que nosso país continue sendo vítima de campanhas difamatórias”⁴⁸.

Ministros ou representantes do governo realizaram viagens a diversos países para tentar modificar esta imagem negativa. Ao retornar de uma viagem a Londres, em outubro de 1970, o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, anunciou a publicação de um “livro branco provando que não houve tortura de presos”. Afirmou ainda que as denúncias “carecem totalmente de funda-

mento” e que “no Brasil ninguém é preso por suas convicções políticas ou por oposição ao governo”⁴⁹.

O setor de comunicações também foi encarregado de combater estas críticas e denúncias. Em novembro de 1970, oficializou-se a “Política de Comunicação Social do Governo Federal”. No subtítulo “Estabelece os Fundamentos da Atividade da Comunicação Social do Governo Federal no que toca aos Órgãos do Poder Executivo”, estão expressos os objetivos da referida política: “a) Predispor, motivar e estimular a vontade coletiva para o esforço nacional de desenvolvimento; b) Contribuir para o prestígio internacional do Brasil, zelando no sentido de que nossa imagem seja fiel à realidade”⁵⁰. No item “Ações a realizar” para atingir o segundo objetivo, constam as seguintes recomendações:

I – Acompanhar o noticiário sobre o Brasil no Exterior, a fim de verificar possíveis deformações de nossa imagem e avaliar seus reflexos no prestígio internacional e na economia do país.

II – Realizar campanhas de esclarecimento da opinião pública internacional, visando à correção dos efeitos negativos resultantes da distorção da imagem do Brasil no exterior.

III – Manter permanente fluxo de informações sobre o País dirigido para o exterior de modo a assegurar uma adequada e constante projeção da realidade do País. [...] ⁵¹

Segundo Weber, a operacionalização desta política estava a cargo da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP). Nos planos de comunicação que a AERP formulava anualmente, foram introduzidos pontos relativos à imagem do Brasil no exterior a partir de 1970. Acompanhando os planejamentos anuais de 1970 a 1973, percebe-se que a “correção” da imagem internacional do país tornou-se um objetivo recorrente.

Neste contexto, as declarações dos militantes que se retratavam publicamente atendiam plenamente às necessidades e aos interesses do governo brasileiro. O jornalista Elio Gaspari, em *A ditadura escancarada*, o segundo de uma série de cinco livros que trata do período, também aborda a questão dos *arrepentimentos*, tratando-os como peças de uma reação do regime à publicação de notícias que denunciavam a tortura e o desrespeito aos direitos humanos no Brasil, prejudicando a imagem do país no exterior. De acordo com ele, “os ‘arrepentidos’ brasileiros não eram usados para atacar o terrorismo, nem sequer a subversão, mas a ‘campanha de difamação’ do país no exterior”⁵².

Já no primeiro episódio, como referido anteriormente, os cinco integrantes da VPR lançaram uma “Carta aberta à opinião pública internacional”,

cujo tema principal era a negação da tortura. Seguem alguns trechos deste documento:

Temos notícias de que órgãos internacionais de secular tradição humanista e homens de comprovada cultura e espírito solidário, utilizam-se de órgãos de divulgação influentes em amplos setores da humanidade para externar suas preocupações para com o Brasil, acreditando prestar relevantes serviços ao nosso povo. Sugestionados por uma imagem caricatural vêem no Brasil uma verdadeira “praça de guerra”, salpicada de “campos de concentração” e convulsionado por graves traumas sociais. Enganam-se – são enganados – redondamente os que assim procedem. [...] Para este progresso vimos depositar nossa palavra de contribuição.

E o fazemos credenciados pela condição de presos políticos à disposição da Justiça brasileira. [...] Pretendemos, com o que dissemos, escoimar as dúvidas, impedir a distorção, restabelecer a verdade mesmo à custa de nossas inconveniências, e é o que procuramos demonstrar a seguir:

[...] É imprescindível também, falar sobre a imagem que se difundiu entre vós, a respeito do tratamento dado, pelas autoridades brasileiras, aos presos. Este é um problema da mais alta seriedade que requer, em sua consideração, uma imparcial atitude de sobriedade. Deveis já tomar conhecimento da existência, em nosso país, de um movimento terrorista, promovido por minorias isoladas, cuja audácia e técnica da violência não encontrou limites.

Tal movimento, raquítico, mas de comportamento imprevisível, não provoca consequências outras que o despertar ódio e insegurança. Todos nós sabemos que a violência gratuita só pode se refletir sobre si mesma. Neste sentido “excessos” realmente houveram, como consequência inevitável da insânia dos predadores e, por outro lado, dos passionanismos despertados em quem se viu ameaçado pelos mesmos. Mas não se pode procurar, com isto, generalizar responsabilidades. Ainda mais, é preciso ter bem claro que o Brasil, como todo país civilizado, possui Estatutos Jurídicos, cuja finalidade é exatamente a de atribuir responsabilidades. Os que se excederam serão, segundo público pronunciamento de nosso Ministério de Justiça, normalmente punidos. Tais providências já foram mesmo encaminhadas, na forma da lei, tendo aqueles que sofreram qualquer “mau trato” consignado em depoimento o que lhes ocorreu.

Não se pode jamais dizer que os presos políticos à disposição da Justiça brasileira estejam submetidos a uma situação carcerária desumana. Chega a ser irônica a afirmação de semelhante disparate [...]

Pode a opinião pública internacional tranquilizar-se quanto ao tratamento carcerário dos presos políticos à disposição da Justiça brasileira. Atestamos

na qualidade de prisioneiros: até o momento este tratamento tem sido o mais [ilegível] possível.⁵³

Neste documento, afirma-se que o tratamento recebido pelos presos políticos no Brasil não correspondia às denúncias de certos indivíduos e órgãos de imprensa estrangeiros, os quais, provavelmente, enganavam-se ou estavam “sendo enganados”. Para provar que tais denúncias eram calúnias, os *arrepentidos* valiam-se de sua autoridade enquanto prisioneiros, de quem havia experimentado a realidade dos cárceres. Além disso, estava explícito um alerta em relação às organizações engajadas na luta armada, caracterizadas como “raqúiticas”, mas imprevisíveis, e provavelmente nesse ponto residia o seu maior perigo. É interessante também perceber que os signatários do texto admitiam que “excessos realmente houveram”. Nesse sentido, há uma espécie de explicação para a ocorrência de torturas e, conseqüentemente, uma admissão de sua existência, mas procura-se deixar claro que estas eram episódios isolados e não uma prática constante e “oficial”, e que não se podia “generalizar responsabilidades”. No caso, não seria “justo” responsabilizar o governo brasileiro por “deslizes” cometidos por alguns de seus elementos “ameaçados pela insânia dos predadores”, os quais, segundo os signatários, seriam punidos “na formada lei”⁵⁴.

Depois do primeiro grupo, vários outros militantes que se retrataram negaram a existência de violência nos cárceres, relatando que haviam sido bem tratados pelos agentes governamentais. Em seu *arrepentimento*, no mês de julho de 1970, Lungaretti disse:

Ao mundo, quero afirmar que o que se passa no Brasil está muito longe do que uma imprensa tendenciosa denuncia. Que o que há aqui é que pouco a pouco esses grupos minoritários vão caindo na antipatia popular, pois o brasileiro está longe de aceitar que o levem à guerra e ao derramamento de sangue de compatriotas.⁵⁵

Em setembro de 1970, o suíço Hans Rudolf Manz, antigo militante da Ação Libertadora Nacional (ALN)⁵⁶, conhecido como “o técnico de bombas do Marighella”, também fez declarações afirmando ter sido tratado com dignidade pela polícia:

Como estrangeiro que sou, solidarizo-me com o governo e o povo brasileiro, colocando-me frontalmente contra os que dirigem a campanha de difamação do Brasil no exterior. Fariam melhor estes detratores da pátria em divulgarem o ritmo de progresso e trabalho fecundo e honesto que caracteriza o

governo do Brasil. Declaro que, como preso político que sou, tive e venho tendo trato correto e humano por parte das autoridades militares, judiciais e policiais.⁵⁷

Para legitimar sua fala, Manz valia-se de uma dupla condição: a de preso político e a de estrangeiro residente no Brasil, o que lhe conferia a autoridade de um observador privilegiado do nosso país (e dos nossos cárceres), sobretudo para a opinião pública internacional.

Através dos depoimentos dos *arrepentidos*, o governo procurava mostrar, portanto, que não havia maus-tratos ou práticas de tortura aos opositores do regime, incluindo aqueles que haviam enveredado pela luta armada. As denúncias, segundo as agências governamentais e determinados setores da sociedade, faziam parte de uma campanha de difamação e eram “obra de maus brasileiros”.

Ao mesmo tempo em que atacavam estes “maus brasileiros” e buscavam rebater as críticas e denúncias recebidas, o regime empenhava-se também em campanhas de prevenção, no sentido de impedir que outros jovens ingressassem no que chamavam de “subversão”.

No Brasil, naquele início da década de 1970, poucas coisas eram mais consensuais entre os representantes e apoiadores do regime do que a necessidade de “mobilizar a juventude”. Mobilizar, no sentido de “trazer” a “mocidade” para a arena política, despertar o civismo destes jovens, fazer com que eles sentissem as *potencialidades* do país.

Na década de 1960 se tornou inegável que os estudantes tinham constituído uma força social e política muito mais importante do que jamais haviam sido, principalmente a partir dos acontecimentos de maio de 1968. Na perspectiva do governo brasileiro, era essencial “captar” este espírito contestador da juventude para os propósitos da “Revolução Redentora”. Modelo de futuro, a mocidade encarnava simultaneamente a ameaça do desregramento e a esperança do amanhã grandioso que os militares esperavam construir para o país. Em reportagem da *Folha de S.Paulo* de junho de 1970, o presidente Médici afirmava: “É preciso que a juventude sinta as potencialidades do país”⁵⁸. Na matéria “Passarinho diz o que devemos dar aos jovens”, publicada no mês seguinte no mesmo jornal, o então ministro da Educação, Jarbas Passarinho, classificava como “consequência natural a revolta da juventude”, dizendo: “O jovem não quer ser ‘hábil’ no sentido de acomodado e por isso tende à radicalização, que produz como consequência uma rigorosa dicotomia entre o certo e o errado e entre o bom e o mau, como se houvesse o puro e o impuro”⁵⁹. Segundo Passarinho, ao sentirem-se impotentes diante dos problemas sociais do país, muitos jovens acabavam participando de

movimentos subversivos. Tornava-se preciso, então, acabar com as injustiças sociais e com as posições de direita extremadas, as quais eram a matéria-prima “predileta” dos grupos “terroristas”, e, em consequência, estes perderiam sua razão de ser.

Para dar conta destas demandas, anunciou-se em julho de 1970, como já mencionado anteriormente, a criação do Instituto de Formação Política e do Departamento de Divulgação, ambos visando essencialmente a juventude do Brasil. O primeiro órgão seria responsável por formar politicamente as futuras lideranças do país, e o segundo divulgaria “a realidade política brasileira”. Segundo o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, sua atuação se daria através de seminários e cursos, “para que nossa juventude tenha condições, quando for convocada, de dirigir os destinos político-administrativos do Brasil”⁶⁰. A realização de projetos destinados aos jovens ganhou força no período, destacando-se o Projeto Rondon, criado em 1968 pelo Ministério da Educação e da Cultura, cujo objetivo era levar estudantes universitários a regiões menos desenvolvidas do país, visando a realização de ações nas áreas da saúde, educação e assistência social; e o Projeto Mauá, que proporcionava aos jovens visitarem diferentes partes do Brasil a fim de que pudessem ver “com seus próprios olhos” as obras do governo⁶¹. A participação política dos jovens era incentivada, desde que estivesse associada às iniciativas governamentais ou a posições favoráveis ao regime.

A preocupação com este segmento derivava também do fato de que, entre os setores que lutavam contra a ditadura, a presença de jovens estudantes, tanto secundaristas como universitários, era bastante significativa. Ao analisar os processos reunidos pelo Projeto Brasil Nunca Mais, o sociólogo Marcelo Ridenti concluiu que, dos 3.698 processados por ligação com grupos de esquerda cuja ocupação era conhecida, 24,5% eram estudantes. Em relação aos denunciados por vinculação à organizações armadas, esse número se amplia para 30,7% (583, num total de 1897). Além disso, no conjunto de militantes processados por vinculações a grupos de esquerda com idade conhecida, 51,76% tinham menos de 25 anos quando processados, e 75,33% tinham até 30 anos. Em relação aos grupos armados, 51,8% dos 2.465 denunciados com idade conhecida tinham até 25 anos⁶². Impunha-se então que se buscasse conquistar este segmento, antes que os grupos “terroristas” o fizessem. Autoridades civis e militares ligadas ao governo difundiam a ideia de que o “processo subversivo visa infiltração na juventude”⁶³, alertando pais e professores para que estivessem atentos em relação aos perigos aos quais seus filhos e alunos estavam expostos.

Nas declarações dos militantes *arrepentidos*, a questão da juventude ocupava um espaço central; muitos fizeram retratações em cartas e mani-

festos endereçados aos jovens, no sentido de alertá-los aos perigos e dramas da chamada “subversão”, como mostram algumas manchetes divulgadas na época: “Membro da VPR redige declaração de próprio punho para jovens do país”⁶⁴; “Subversivo abandona o terrorismo e alerta mocidade rio-grandense”⁶⁵; “Reinhold pede na TV que a juventude não aceite terror”⁶⁶; “Terrorista preso em Recife faz advertência à juventude”⁶⁷.

Percival de Souza, em seu livro *Autópsia do medo*, afirma que os *arrepentidos* nasceram dessa preocupação do regime ditatorial com a juventude. Ele cita um discurso do vice-líder do governo no Senado, Rui Santos, no qual este último afirmava que as mortes de Marighella, Câmara Ferreira e Lamarca tinham “menos repercussão negativa nos ativistas de extrema esquerda do que os arrependimentos públicos de seus antigos companheiros”⁶⁸.

Além da juventude, outra temática recorrente ao longo das retratações públicas foram os elogios ao regime. As mensagens dos *arrepentidos* buscavam evidenciar que o país, sob o comando dos militares, estava em ordem, crescendo e se desenvolvendo – era o Brasil grande! Esta “realidade” estava à disposição de todos, mas alguns, por terem “perdido” a razão ou a consciência, deixaram-se envolver “pelas malhas do terrorismo”, e não conseguiam enxergá-la. Quando recobrassem a razão, o caminho natural a tomar seria o do *arrependimento* e da reintegração à vida “normal”.

Em um programa de televisão no qual Massafumi, Rômulo Fontes e Marcos Vinício foram entrevistados, eles elogiaram ações do governo, e tentaram mostrar que as organizações armadas não tinham iniciativas práticas no sentido de combater os problemas nacionais:

[Rômulo A. R. Fontes] – “Inclusive, dentro disso, na pergunta, em perguntas anteriores, foi colocado esse problema, na situação do [ócio] na universidade, certo? O Projeto Rondon é uma iniciativa bastante eficaz para combater esses problemas, para solucionar esses problemas, certo? Não só o Projeto Rondon como outras iniciativas do governo, se não me engano, algumas universidades já adotaram os *campus* avançados. Mas, olha lá, hein!? [...], porque vai trabalhar no duro, vai trabalhar na selva. Aí não é conversa fiada, não é proselitismo não. Não é blá, blá, blá não. Vai ter que trabalhar no [inaudível] brasileiro. Eles resistem.

[Massafumi] – A esquerda estudantil, ela boicota o Projeto Rondon, eu acredito que mais por isso, não por razões que elas alegam, ideológicas. É mais porque tem que viajar e não é uma viagem de turismo, tem que dar assistência, tem que trabalhar. E trabalhar, a esquerda estudantil, a velha, fica boicotando sempre.⁶⁹

Os militantes de esquerda (especificamente a “esquerda estudantil”), segundo estes *arrepentidos*, estariam interessados apenas em criticar o que estava sendo proposto pelo governo, até porque esta seria a postura mais cômoda.

Assim, a partir da análise das mensagens presentes nas declarações dos militantes *arrepentidos*, percebe-se que estas estavam inseridas na lógica de repressão e propaganda do regime, e iam ao encontro de seus interesses. Ao longo da pesquisa não foi possível esclarecer em definitivo quais órgãos governamentais foram responsáveis pela organização e divulgação das retratações públicas protagonizadas por integrantes de organizações que combatiam a ditadura. Nos depoimentos e entrevistas posteriormente concedidos pelos protagonistas de tais episódios, aparecem indicações de nomes de delegados e funcionários ligados à Operação Bandeirante (Oban), ao Centro de Informações do Exército (CIE), ao Centro de Informações da Marinha (Cenimar), aos DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) estaduais, à Polícia Federal e até mesmo ao Ministério da Justiça, que estariam vinculados à estratégia das retratações. A reportagem “Como se fabricavam os arrependimentos”, publicada na *Isto É* em 1979, indica a existência de um “delegado secreto” do DOPS que estaria por trás dos primeiros *arrependimentos*. Mais tarde, a articulação já contaria com “um personagem mais importante: o general Alberto Canavaro, Comandante do II Exército”⁷⁰. O depoimento de Rômulo Fontes confirma a participação de agentes do DEOPS/SP no processo de negociação com o seu grupo, mas afirma que houve um diálogo “com pessoas... em geral, não tinha só do DOPS, entendeu? Não tinha só do DOPS”. Em outro momento da entrevista, ao ser questionado sobre o envolvimento de membros da AERP, ele assegurou que este existia e acrescentou: “Tinha da Presidência da República. Tinha pessoal do presidente da República, o pessoal do Serviço Secreto, entendeu? Dos Serviços Secretos, que não tem um só, né?”. O militante não quis revelar o nome dos agentes envolvidos no processo, apesar de afirmar que lembrava de todos. Outro militante, que prefere não ser identificado, em *e-mail* à autora, citou o nome do delegado Pedro Bandeira, como um dos responsáveis pela negociação de sua retratação. Há indicações de que este seria ligado ao Ministério da Justiça. Gustavo Barbosa, que participou de uma retratação pública junto com outros três companheiros de Goiás em agosto de 1970, falou da participação de agentes do CIE, do I Exército, em entrevista à autora. Nos casos de Rheinold Klement e José Gay da Cunha (histórico militante do PCB gaúcho, que concedeu declarações à imprensa em março de 1975, após ter sido preso e ter seu filho sequestrado por agentes da repressão), evidencia-se a participação do DOPS do Rio Grande do Sul.

Em alguns relatos, constam indícios da participação de membros da AERP nestes episódios, como no caso de Manoel Henrique Ferreira, que foi

apresentado na televisão em julho de 1971⁷¹. Na carta escrita por Massafumi aos jovens, localizada no acervo DEOPS/SP, há um carimbo do Chefe do Serviço de Relações Públicas⁷². Por outro lado, há indicações de que a AERP não se identificava com a chamada “guerra psicológica”. Segundo Octávio Costa, que dirigiu o órgão a partir de 1968, a Oban possuía um Núcleo de Operações Psicológicas que “invadia” a área da AERP. Conforme o dirigente, seria a Oban a responsável pela ida dos militantes da guerrilha à televisão, considerada por ele uma “farsa grotesca”⁷³. Em depoimento ao jornalista Percival de Souza, Romeu Tuma⁷⁴ afirmou que “os depoimentos de subversivos que renegaram as atividades passadas tiveram uma boa participação do Mário Takanura”, delegado do Serviço de Informações⁷⁵. Com base em outras declarações de agentes policiais, Souza afirma que os *arrepentidos* surgiram com base nos ensinamentos da EsNI (Escola Nacional de Informações)⁷⁶. Apesar de não ter sido possível identificar com clareza a quem cabia a responsabilidade pelos episódios de retratação pública, os dados apresentados sugerem que houve participação de diferentes setores do governo, envolvendo órgãos de repressão, informação e propaganda.

É preciso levar em consideração também o papel dos principais veículos de comunicação da grande imprensa na estratégia dos *arrepentimentos*. Para refletir sobre tal questão, impõe-se discutir alguns pontos que envolvem a própria questão da comunicação no período. O controle da informação atingiu diretamente a imprensa da época e várias foram as modalidades empregadas pelo regime em suas tentativas de controlar os veículos de comunicação e impor a censura, desde pressões diretas contra as empresas (bloqueio de receitas publicitárias, negação de empréstimos pelos bancos oficiais, recusa de licenças de importação de equipamento ou papel de imprensa ou confisco de tiragens), passando pelo controle das notícias (dificuldades em obter informações das autoridades, recebimento de notícias e declarações já “prontas”) e chegando até a pressão individual (processos judiciais contra pessoas, baseados nos termos da Lei de Imprensa ou da Lei de Segurança Nacional, negativas de credenciais, ameaças e agressões físicas).

Maria Aparecida de Aquino chama a atenção para a “variedade de atuação da censura, ao lado da diversidade de reações por parte dos órgãos de divulgação, qualificados normalmente como fazendo parte da grande imprensa”⁷⁷. Segundo a autora, a censura à imprensa escrita era realizada, em linhas gerais, de duas formas distintas: uma, por meio de telefonemas, de bilhetes, anônimos ou não, de ordens escritas encaminhadas às direções dos jornais ou através de acordos fechados com os proprietários das empresas de comunicação; outra, através da censura prévia. A autora reflete então sobre a censura prévia (que geralmente consistia na presença de um censor junto às redações)

e a autocensura, que “diz respeito à aceitação, por parte das direções e de todos aqueles ligados na produção das matérias, das ordens transmitidas pelos organismos governamentais”⁷⁸. Assim, seguidamente, o próprio veículo se encarregava de “censurar” as notícias que poderiam indispor o periódico com o governo. Boa parte da chamada grande imprensa aderiu à “autocensura”, seja porque a censura prévia causava problemas e muitas vezes enorme prejuízo às empresas jornalísticas, seja porque, como afirmam alguns, era mais fácil encontrar formas sutis de transmitir informações proibidas pelo governo sem a presença de um censor.

É preciso também levar em consideração que muitas empresas do ramo apoiavam o projeto dos militares para o país. Desta forma, a censura seria também dos donos dos órgãos de comunicação, não somente do Estado. Beatriz Kushnir, que em seu trabalho buscou mapear experiências de colaboracionismo de uma fração da imprensa com os órgãos de repressão, problematizando as estreitas relações de alguns setores das comunicações do país com a ditadura civil-militar, afirma que “além de não fazerem frente ao regime e às suas formas violentas de ação, percentuais da imprensa também apoiaram a barbárie”⁷⁹.

Ao acompanhar a divulgação dos *arrepentimentos* em diferentes órgãos da grande imprensa – como *Veja*, *Folha de S.Paulo*, *Manchete*, *Zero Hora*, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias* – é possível perceber alguns elementos recorrentes na forma como foram divulgados os depoimentos dos militantes *arrepentidos*⁸⁰. As reportagens sobre o tema ganharam grande destaque, principalmente nos primeiros episódios e, dependendo da “importância” do militante e de seu histórico no “terror”, a publicidade dada ao fato era maior. Nestes casos, as declarações eram publicadas em reportagens de capa e com títulos em letras garrafais. Geralmente, essas matérias eram carregadas de expressões como “repúdio ao terror”, “renegaram seus princípios” e, obviamente, *arrepentimento*. Não havia nenhum tipo de questionamento sobre as razões que teriam levado estes militantes a realizarem uma retratação pública. A única motivação que se podia aceitar – e que se divulgava – é que estes, após longa meditação, haviam percebido que o “terrorismo” e a “subversão” eram um erro, e que o país caminhava em direção ao desenvolvimento sob a tutela dos militares.

Além das reportagens, os editoriais – que expressam as concepções e o pensamento dos periódicos, e/ou revelam as posições com as quais estas empresas jornalísticas querem ser identificadas perante a sociedade – também se dedicavam às retratações públicas, geralmente aplaudindo as ações do governo. No Rio Grande do Sul, por exemplo, os três grandes jornais da época (*Correio do Povo*, *Diário de Notícias* e *Zero Hora*) publicaram editoriais

destacando a importância destas declarações no sentido de alertar os jovens sobre os perigos representados pelo ingresso em organizações de esquerda.

No editorial do *Diário de Notícias*, publicado no dia 26 de agosto de 1970 e intitulado “Generosa sabedoria”, é defendida a ideia de que estes jovens deveriam ser indultados, vistos terem sido “vítimas da própria inexperiência e da falta de educação política para a democracia”. O texto continua, utilizando termos da linguagem cristã, tão presentes nas matérias sobre o assunto: “Venham como filhos pródigos e como os filhos pródigos recebam o perdão pelo erro cometido”⁸¹.

No editorial de *Zero Hora* de 24 de dezembro de 1970 é elogiada a atitude de Massafumi e Lungaretti. Em outro editorial do mesmo periódico, publicado em 23 de abril de 1971 sob o título “Ele será recuperado”, chama-se a atenção para as declarações de Reinhold Klement, afirmando que essas “têm pontos importantíssimos” no sentido de que pais e mestres tomem consciência de suas responsabilidades de dar a tais jovens a compreensão e o apoio de que necessitam pois, de outra forma, “o jovem acaba presa fácil dos recrutadores da esquerda, que estes, sim, dão a eles a atenção e a impressão de compreensão pelos problemas da idade que não tiveram no lar e na escola”. O editorial finaliza salientando que

Reinholdo [sic] Amadeo Klement é um entre centenas de jovens aliciados para o terrorismo. Hoje ele está consciente de que tomou o caminho errado e aguarda tranquilamente o julgamento da Justiça pelos delitos que praticou. Há de ser recuperado e como ele outros tantos que se hão de mirar no seu exemplo e procurar a volta à legalidade.⁸²

Levando-se em consideração o espaço ocupado por estas reportagens e as valorações que são vinculadas aos *arrepentimentos* nos editoriais⁸³, é possível inferir uma aprovação por parte dos periódicos da grande imprensa a esta nova tática do governo na luta contra a subversão.

Vale ressaltar que a estratégia de apresentar retratações de militantes de esquerda necessitava dessa contrapartida dos órgãos de imprensa. Tal estratégia só geraria efeitos se contasse com uma intensa divulgação. Muitos veículos, além de publicarem as informações fornecidas pelas autoridades policiais e militares sobre os *arrepentimentos*, realizaram entrevistas e matérias especiais, ampliando ainda mais o espaço dedicado ao assunto. Além disso, diversas entrevistas foram gravadas nas próprias redes de televisão. Em relação à TV Globo, por exemplo, que veiculou inúmeras retratações, Kushnir nos traz algumas informações relevantes. Em entrevista à historiadora, Duarte Franco – funcionário do Departamento de Qualidade da TV Globo por mais de 30 anos – afirmou que

os trâmites para disponibilizar a apresentação desses programas naquela emissora de televisão eram de responsabilidade de um funcionário da Rede Globo com profundas ligações com o Estado-Maior do Exército, Manoel Edgardo Ericson. O objetivo era apontar à população a certeza da diretriz do governo na repressão aos movimentos de guerrilha.⁸⁴

Nesse sentido, pode-se pensar nos próprios interesses destas empresas de comunicação no combate ao que consideravam o “terror”, o que explica, de certa forma, a maneira como divulgaram estas retratações.

Vale destacar que tanto a apresentação dos *arrepentimentos* como a sua repercussão variou ao longo do tempo. Foi muito intensa entre 1970 e 1971, período no qual aproximadamente 27 militantes protagonizaram retratações públicas. No ano de 1972, poucas notícias de *arrepentimentos* foram divulgadas nos órgãos de comunicação. A partir daí, esta estratégia parece ter perdido o fôlego. O número de militantes apresentados ao público “repudiando o terrorismo” caiu sensivelmente, foram apenas seis ao longo do ano; assim como diminuiu a repercussão deste tipo de depoimento na imprensa. A pesquisa realizada no jornal *Correio do Povo* dos anos de 1973 e 1974 não levou à localização de referências ou reportagens relacionadas a retratações públicas de militantes de organizações de esquerda. Somente em 1975, foram veiculados outros dois episódios deste tipo; a partir daí a pesquisa nas fontes de imprensa não indicou outros *arrepentimentos*.

Como ressaltei ao longo deste artigo, os processos de retratação pública dos militantes de esquerda foram organizados e utilizados pelo regime civil-militar em suas estratégias de propaganda e repressão: serviram, em determinado momento, para abrandar as pressões e críticas sofridas no exterior e legitimar a ação da ditadura no combate às organizações de esquerda e na ação preventiva em relação à juventude. Potencializadas pela ação da grande imprensa, tais declarações públicas, que tiveram início naquele maio de 1970, continuaram sendo apresentadas no período seguinte, ao mesmo tempo em que a repressão atingia ainda mais duramente o que restava das organizações que se lançaram à resistência armada contra a ditadura.

A temática dos *arrepentidos* não se encerra aí e deve ser objeto de uma análise mais aprofundada, principalmente no sentido de mostrar as diferentes experiências dos militantes que protagonizaram tais retratações, as razões pelas quais o fizeram e os desdobramentos destes episódios em suas histórias de vida.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar os processos de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de esquerda que com-

batiam a ditadura civil-militar no Brasil. Tais episódios, que passaram a ser conhecidos como *arrepentimentos*, tiveram início em maio de 1970, quando cinco jovens ligados à Vanguarda Popular Revolucionária lançaram dois manifestos, nos quais negavam a existência de tortura, elogiavam as principais obras do governo e faziam um apelo à juventude para que não ingressasse na luta contra a ditadura. A partir daí, uma série de depoimentos passou a ser divulgada nos jornais e redes de televisão do país. Ao longo deste trabalho, busca-se compreender como tais episódios foram organizados e de que forma estavam inseridos na lógica de repressão e propaganda do regime.

PALAVRAS-CHAVE

Ditadura; Luta armada; Retratações públicas; Propaganda.

ABSTRACT

This article aims to analyse the public retraction processes protagonized by members of left-wing organizations which fought against the Brazilian civil-military dictatorship. Getting known as *regrets*, such episodes had beginning in May 1970, when five young men bound to the “Vanguarda Popular Revolucionária” released two manifestos, in which they denied the existence of torture, exalted the regime main accomplishments and appealed the youth to not join the struggle against the dictatorship. Thenceforth, several depositions begun to be published in Brazilian newspapers and television networks. Throughout this paper, we intend to comprehend how such episodes were planned and were inserted in the government repression and propaganda logic.

KEYWORDS

Dictatorship; Armed struggle; Public retraction; Propaganda.

NOTAS

¹ Este artigo apresenta uma síntese de algumas reflexões presentes nos dois primeiros capítulos de minha dissertação de mestrado – *O terror renegado: uma reflexão sobre os episódios de retratação pública protagonizados por integrantes de organizações de combate à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)* – defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em janeiro de 2008. Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Colegiado de História da UNIOESTE/PR. Contato da autora: sanagasparotto@gmail.com.

² Fonte: APESP (Arquivo Público do Estado de São Paulo, Acervo DEOPS/SP), Pasta 30-Z-160. Documento nº 6804. Grifos meus.

³ A VPR surgiu em 1968, originária de uma fusão da ala à esquerda da Polop (Política Operária), que criticava o distanciamento da organização em relação aos movimentos de massa, com remanescentes de ex-militares ligados ao nacionalismo brizolista

(MNR – Movimento Nacional Revolucionário); além de membros do movimento estudantil e operário de Osasco. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1990, p. 127-140; REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 283-314.

⁴ *Correio do Povo*, 22 de maio de 1970, p. 1.

⁵ *Zero Hora*, 22 de maio de 1970, p. 2.

⁶ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo. As Ligas Camponesas “foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964”- LIGAS CAMPONESAS. In ABREU, Alzira Alves *et alii* (Coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930* (Vol. III). Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001, p. 3122.

⁷ O PORT foi o mais importante dos grupos trotskistas no Brasil, fundado em 1953. Durante a década de 1960, apresentava-se como uma alternativa à esquerda do PCB, participando das agitações das Ligas Camponesas. Após o impacto do Golpe de 1964, conseguiu se reestruturar e penetrar nos meios estudantis de Brasília, São Paulo e Rio Grande do Sul, além de estabelecer ligações entre setores operários. O Partido condenava energeticamente a opção pela luta armada. *Brasil Nunca Mais. Um relato para a História*. Petrópolis: Vozes, 1985, p. 107-108.

⁸ Embora a “autobiografia” distribuída no momento da retratação e as informações dos órgãos de segurança afirmem que ele era membro da VPR, Rômulo diz hoje que não pertenceu à organização, apenas manteve contato com alguns de seus integrantes, tendo militado apenas no PORT. Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2007, na cidade de São Paulo.

⁹ *Zero Hora*, 22 de maio de 1970, p. 1.

¹⁰ *Diário de Notícias*, 22 de maio de 1970, p. 1.

¹¹ *Correio do Povo*, 22 de maio de 1970, p. 1.

¹² Partia-se, no início da pesquisa, da ideia de que a grande maioria destes militantes, ao ser confrontada com a tortura nos porões do regime, havia sido obrigada a protagonizar as retratações públicas. A investigação, no entanto, revelou diferentes matizes em relação a essa hipótese inicial. Assim como houve aqueles que participaram destes processos sob ameaças e sevícias, houve também militantes que estavam rompidos com a perspectiva da luta armada, descontentes com suas organizações ou que simplesmente acreditavam que “já tinha acabado” – a batalha estava perdida – e, por isso, era necessário alertar os jovens para que não ingressassem na chamada “subversão”. Igualmente, existiram casos cuja negociação envolveu a concessão de liberdade provisória ou reduções de penas. Muitos destes fatores podem ter atuado em conjunto, e muitos não pudemos explicar. Assim, evidenciaram-se na investiga-

ção diferentes razões e caminhos que levaram estes militantes a protagonizarem *arrepentimentos* públicos. Há ainda que ressaltar que a diversos militantes foi atribuído um *arrepentimento* em relação ao seu passado político, sem que tal retratação tenha ocorrido de fato.

¹³ A pesquisa centrou-se no jornal gaúcho *Correio do Povo*, consultado em suas edições diárias no período compreendido entre maio de 1970 e março de 1975, quando foi divulgado o último processo de retratação pública. Como a pesquisa evidenciou lacunas, sentiu-se a necessidade de se realizar uma pesquisa em um órgão de grande circulação nacional, para complementar o quadro esboçado. Realizou-se então uma consulta nos exemplares da *Folha de S.Paulo*, publicados entre maio de 1970 e dezembro de 1972. Outros periódicos e revistas também foram consultados, embora não de forma sistemática.

¹⁴ LESSER. Jeffrey. *A Discontented Diaspora: Japanese-Brazilians and the Meanings of Ethnic Militancy, 1960-1980*. Durham: Duke University Press, 2007. O capítulo específico sobre Massafumi chama-se “Two Deaths Remembered”, p. 108 a 121.

¹⁵ No depoimento de Celso Lungaretti às autoridades, após sua prisão, este afirmou que Massafumi estava desligado da VPR, “cuidando de formar um grupo à parte sob sua liderança”. Fonte: APESP, Acervo DEOPS/SP, Pasta 52-Z-0. Documento nº 1026, folha 3.

¹⁶ Entrevista concedida à autora em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo.

¹⁷ *Veja*, 15 de julho de 1970, p. 20; *Folha de S.Paulo*, 03 de julho de 1970, p. 5.

¹⁸ *Veja*, 15 de julho de 1970, p. 20. (Reportagem de Capa: “O terror renegado”, e páginas 16 a 21).

¹⁹ Vale ressaltar que na documentação pesquisada no Acervo DEOPS, foi encontrada uma cópia da “Carta aos jovens”, assinada por Massafumi, com a data incompleta: não indicava o dia, apenas o mês, junho de 1970. Essa informação sugere que o processo de negociação já estava em curso antes que a notícia sobre sua provável rendição fosse divulgada na imprensa.

²⁰ *Veja*, 16 de junho de 1976, p. 25.

²¹ *Folha de S.Paulo*, 4 de julho de 1970, p. 1.

²² Na televisão brasileira, por exemplo, deu entrevistas à TV Tupi e participou, com Marcos Vinício e Rômulo, de uma “mesa redonda” reunindo jornalistas de sete emissoras. Nas fontes, há notícias da participação do militante em um programa de um canal de televisão alemão.

²³ *Folha de S.Paulo*, 14 de julho de 1970, p. 4; *Correio do Povo*, 15 de julho de 1970, p. 5.

²⁴ Índio Vargas, ex-vereador de Porto Alegre pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), cassado após o golpe, relata um episódio de sua estadia na prisão da Ilha das Flores, em Porto Alegre, chamado por ele de “o coronel não conseguiu o desbunde”. O autor nos conta sobre as tentativas do secretário de Segurança do Estado, Coronel

Jaime Mariath, em conseguir mais militantes para os processos de arrependimento. De acordo com Vargas: “O Coronel simplificou tudo e reduziu seu discurso a uma proposta: nós assinaríamos uma carta confessando nosso arrependimento, cujo texto seria divulgado pela imprensa. Cada um redigiria sua própria carta, assinava-a, e isso seria o bastante para ser libertado. [...] Ninguém disse uma única palavra.” (VARGAS, Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador. Rio de Janeiro: Codecri, 1981, p. 154-155.) No livro Lamarca: O capitão da guerrilha é relatada a tentativa de convencer o militante Denílson Vasconcelos, então membro da direção do MR-8 baiano, a protagonizar um arrependimento público: Denílson “(...) acabava se sair da tortura quando os militares lhe entregaram um livro da Liga de Defesa Nacional sobre Os problemas do Comunismo, onde eram criticadas grosseiramente as ideias comunistas. Aquilo ficou 15 dias com ele. Até que o levaram ao quartel-general, serviram-lhe almoço de primeira, perguntaram qual o corte de cabelo que desejava usar e, então carregaram-no para a sala do comando. Lá estavam o general Argus Lima, comandante da 6ª Região Militar; o coronel Luiz Arthur de Carvalho; o pessoal do Cenimar, do DOI-CODI e o major Nilton de Albuquerque Cerqueira. Mostravam os gráficos, diziam que toda a Organização estava destruída, falavam das obras de Médici, da Transamazônica, aquela conversa de nacionalismo. Ele, diziam, era um bom menino, mas estava fazendo as coisas no caminho errado. Prometiam soltá-lo imediatamente, se renegasse o passado e fosse pra televisão dizer isso publicamente”. (JOSÉ, Emiliano; MIRANDA, Oldack de. Lamarca: O capitão da guerrilha. São Paulo: Global, 2004, p. 125.) Outro exemplo pode ser encontrado no relato de Luzia Ribeiro, que participou da Guerrilha do Araguaia. Presa, Luzia foi levada ao PIC (Pelotão de Investigação Criminal) em Brasília. A militante afirma ter sido pressionada a “dar declarações na televisão, como havia feito o Massafumi Yoshinaga, contra os movimentos revolucionários”. Disponível em: http://www.diariosdaditadura.com.br/tcc_mat_ver.asp?cod_col=47. Último acesso em dezembro de 2007.

²⁵ O relatório publicado pela VPR em setembro de 1970, intitulado *A Experiência Guerrilheira no Vale da Ribeira - Manifesto da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)*, afirma que: “Delatada por Massafumi e Lungaretti, a área de treinamento de guerrilha da VPR sofreu ataque das forças armadas a partir de 21 de abril, enquanto os agentes do Dops e Oban já estavam em Jacupiranga desde o dia 19”. Documento reproduzido no sítio do Centro de Documentación de Los Movimientos Armados. Disponível em: <http://www.cedema.org/ver.php?id=329>. Último acesso em 16 de agosto de 2007.

²⁶ LUNGARETTI, Celso. *Náufrago da utopia. Vencer ou Morrer na Guerrilha. Aos 18 anos*. São Paulo, Geração Editorial, 2005.

²⁷ Sobre a resistência à ditadura e as organizações de luta armada no período, consultar: GORENDER, J., *op. cit.*; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro. Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990; RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Editora Unesp, 1993; RIDENTI, M. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisa-

dores. In REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964 – 2004)*. Bauru: Edusc, 2004; CRUZ, Denise Rollemberg. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. (O Brasil Republicano; v. 4). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²⁸ DOCKHORN, Gilvan Veiga. *Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002, p. 16.

²⁹ *Ibidem*, p. 271.

³⁰ *Ibidem*, p. 272.

³¹ *Veja*, 15 de julho de 1970, p. 16.

³² *Idem*. Ver também *Zero Hora*, 23 de abril de 1994, p. 44.

³³ Um exemplo de como determinados setores ligados ao governo defendiam essa política pode ser visualizado nas palavras do comandante do II Exército, general Canavarro, pronunciadas em um jantar realizado em sua homenagem em dezembro de 1970. Este último, ao falar do secretário de Segurança do Estado de São Paulo, Danilo de Sá da Cunha e Melo (o mesmo que enviou o convite aos jornalistas no momento da apresentação do primeiro grupo de *arrepentidos*), declarou: “É justo que, nesta oportunidade, se registre que sua atuação tem se destacado mais pela adoção de medidas preventivas, acompanhadas de ações psicológicas do mais seguro efeito, do que em ações repressivas violentas, incompatíveis com a índole humana e pacífica do povo brasileiro”. Respondendo aos elogios recebidos, Cunha, ao tratar das ações conjuntas que travaram no combate à “subversão”, afirmou: “Aos vencidos foi sempre oferecida a oportunidade de uma revisão de atitudes, que lhes permitisse a volta à normalidade, à retomada do bom caminho, à reformulação de procedimentos, para que pudessem novamente ser tratados como irmãos. Essa política de braços abertos nem sempre foi bem compreendida pelos mais extremados, pelos descrentes na possibilidade da recuperação humana. Mas de seu acerto deram prova os que se arrependeram, alguns dos quais vieram publicamente colaborar no sentido de reduzir o número de transviados atuais ou futuros. [...] É de justiça dizer, para que a história registre: Foi daqui de São Paulo que essas vozes recuperadas para o Brasil pela primeira vez se fizeram ouvir, e para isso contribuiu decisivamente a política de recuperação preconizada por V. Exa., em perfeita harmonia com as mais altas autoridades da República”. *Folha de S.Paulo*, 3 de dezembro de 1970, p. 4. Note-se que Cunha indica que setores mais “extremados” não seriam favoráveis a este tipo de ação.

³⁴ *Correio do Povo*, 17 de julho de 1970, p. 8.

³⁵ *Correio do Povo*, 18 de julho de 1970, p. 5.

³⁶ Fonte: APESP, Acervo DEOPS/SP, Pasta: 30-Z-160. Documento nº 6917.

³⁷ *Zero Hora*, 23 de abril de 1971, p. 2.

³⁸ *Manchete*, 1º de agosto de 1970, p. 130. É interessante que, ao ver a referida reportagem durante nossa entrevista, realizada em fevereiro de 2006, na cidade de São Paulo, o ex-militante comentou que jamais “teria dito uma frase como aquela” (do título).

³⁹ O PCBR surgiu com a luta interna no Partido Comunista Brasileiro, intensificada a partir de 1965. Neste processo, formou-se a Corrente Revolucionária, tendência que em 1968 se transformou em PCBR. O partido participou das lutas estudantis e desenvolveu ações em áreas rurais e fábricas. A repressão policial, no entanto, promoveu sucessivas quedas nos seus quadros em 1970 e 1971, diminuindo seu espaço de atuação. REIS FILHO & SÁ, *op. cit.*, p. 205-206.

⁴⁰ *Correio do Povo*, 10 de junho de 1971, p. 8.

⁴¹ *Correio do Povo*, 26 de maio de 1971, p. 1 e p. 23. *Folha de S.Paulo*, 27 de maio de 1971, p. 6.

⁴² KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 287-288.

⁴³ CRUZ, Denise Rollemberg. A imprensa no exílio. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: História da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002, p. 453.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 459.

⁴⁵ *Campanha*, nº 1, Santiago, 28 de setembro, 1972. Editado em espanhol. Reproduzido por: CRUZ, D., *op. cit.*, p. 454.

⁴⁶ *Folha de S.Paulo*, 17 de junho de 1970, p. 3.

⁴⁷ *Folha de S.Paulo*, 16 de junho de 1970, p. 4.

⁴⁸ *Folha de S.Paulo*, 22 de julho de 1970, p. 3.

⁴⁹ *Folha de S.Paulo*, 4 de outubro de 1970, p. 4.

⁵⁰ WEBER, Maria Helena. *Ditadura e sedução (Redes de Comunicação e Coerção no Brasil – 1969-1974)*. (Dissertação de Mestrado em Sociologia). Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 80-81.

⁵¹ *Ibidem*, p. 83.

⁵² GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 289.

⁵³ Fonte: APESP, Acervo DEOPS/SP, Pasta 30-Z-160. Documento nº. 6802-7803. Grifos no original.

⁵⁴ É interessante perceber que esta ideia de que houve excessos cometidos por alguns elementos das forças repressivas, negando-se, porém, o caráter de política de Estado à tortura praticada pelo regime, permanece na memória oficial militar até os dias de hoje. Sobre esta temática, consultar: D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁵⁵ *Correio do Povo*, 10 de julho de 1970, p. 18.

⁵⁶ A ALN nasceu da luta interna no PCB em torno de algumas teses básicas, como a luta de libertação nacional e o desencadeamento de ações revolucionárias no sentido de formar um exército popular. As tensões aumentaram no momento em que Carlos Marighella, histórico militante do Partido Comunista e defensor da luta armada, foi expulso em 1967. As bases de São Paulo resistiram à expulsão e formaram um agrupamento que, em 1968, deu origem à ALN. REIS FILHO & SÁ, *op. cit.*, p. 263-264.

⁵⁷ *Folha de S.Paulo*, 5 de setembro de 1970, p. 4.

⁵⁸ *Folha de S.Paulo*, 4 de junho de 1970, p. 4.

⁵⁹ *Folha de S.Paulo*, 25 de julho de 1970, p. 1.

⁶⁰ *Folha de S.Paulo*, 22 de julho de 1970, p. 3.

⁶¹ Em reportagem do dia 19 de novembro de 1970, à página 14, a *Folha de S.Paulo* divulgou que 1.771 universitários integrariam a Operação Mauá, visitando as obras do regime.

⁶² RIDENTI, M. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 1993, p. 115-119. O autor destaca que a percentagem de estudantes nos grupos armados (em torno de 30%) provavelmente ainda esteja abaixo de sua presença real nesses grupos (p. 117). Vale ressaltar que, em novembro de 1971, foi divulgado um estudo realizado pelo Estado-Maior do Exército que afirmava que 56% dos “terroristas” eram estudantes. *Correio do Povo*, 12 de novembro de 1971, p. 8. Para mais informações sobre os principais setores que compunham as organizações de resistência à ditadura ver: BRASIL *Nunca Mais, Um relato para a História*. Petrópolis: Vozes, 1985, especialmente p. 117-153 (setores sociais).

⁶³ Como exemplo desta ideia ver: “Processo subversivo visa infiltração na juventude”. *Correio do Povo*, 21 de julho de 1970, p. 8.

⁶⁴ Manchete sobre a retratação de Celso Lungaretti. *Correio do Povo*, 10 de julho de 1970, capa.

⁶⁵ Reportagem sobre Luiz Carlos Campos. *Correio do Povo*, 26 de maio de 1971, capa.

⁶⁶ Manchete sobre o depoimento de Reinhold Klement na televisão. *Zero Hora*, 23 de abril de 1971, p. 3.

⁶⁷ Notícia sobre a retratação de José Gercino Saraiva Maia. *Correio do Povo*, 10 de junho de 1971, p. 8.

⁶⁸ SOUZA, Percival de. *Autópsia do medo*. Vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo: Globo, 2000, p. 265-266.

⁶⁹ Entrevista realizada com Massafumi Yoshinaga, Marcos Vinício e Rômulo Fontes por jornalistas de sete emissoras de televisão, transmitida pela TV Tupi em julho de 1970. “Três subversivos arrependidos” 1970 (?) / p&b/ sonoro / 42 - 47 - TV Tupi. Fonte: Acervo do Arquivo Nacional/RJ.

⁷⁰ *Isto É*, 21 de novembro de 1979, p. 18-21.

⁷¹ Na mesma reportagem, “Como se fabricavam os arrependimentos”, por exemplo, há indicações de que um certo “major Gallo”, representante da AERP, estaria assessorando a “doutrinação” de Manoel Henrique Ferreira, que acabou se retratando na televisão em julho de 1971. Ainda no caso de Manoel Henrique, há indícios da participação de agentes do Cenimar, como ele aponta na reportagem publicada no jornal *Em Tempo*, Ano II, nº 70, 28 de junho a 4 de julho de 1979, p. 6-7.

⁷² Fonte: APESP, Acervo DEOPS/SP, Pasta 30-Z-160. Documento nº 6917.

⁷³ FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997, p. 101.

⁷⁴ Romeu Tuma tornou-se delegado de polícia em 1967. Foi assessor de Sérgio Fleury no DEOPS paulista e, a partir de 1975, diretor do referido Departamento, trabalhando na repressão aos grupos armados e aos movimentos grevistas. Também colaborou com o Serviço Nacional de Informação (SNI). TUMA, ROMEU. In ABREU, A *et alii* (Coords.), *op. cit.*, p. 5809.

⁷⁵ SOUZA, *op. cit.*, p. 413.

⁷⁶ *Ibidem*, p. 483. O mesmo autor prossegue: “Alguns policiais e militares não entendiam por que se perdia tanto tempo com esse tipo de coisa [os *arrependimentos*], mas as ordens superiores, como sempre, tinham que ser cumpridas”. Vale ressaltar que a Escola Nacional de Informações (EsNI) foi criada em 1971, após a divulgação das primeiras retratações. A EsNI objetivava “preparar civis e militares para o atendimento das necessidades de informações e contra-informações do Sistema Nacional de Informações; cooperar no desenvolvimento da doutrina nacional de informações; e realizar pesquisas em proveito do melhor rendimento das atividades do Sistema Nacional de Informações. A referida escola passou a realizar programas específicos de treinamento, denominados cursos e estágios, além de promover eventos especiais, tais como seminários e painéis, sempre voltados para o aprimoramento da doutrina nacional de informações”. Dados consultados na página oficial da Abin (Agência Brasileira de Inteligência). Disponível em: http://www.abin.gov.br/modules/mastop_publish/print.php?tac=80_anos_da_Atividade_de_Intelig%EAncia_no_Brasil. Último acesso: dezembro de 2007.

⁷⁷ AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, imprensa e Estado autoritário*. Bauru: Edusc, 1999, p. 37.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 222.

⁷⁹ KUSHNIR, *op. cit.*, p. 214.

⁸⁰ Vale ressaltar que, neste artigo, não será desenvolvida uma abordagem mais aprofundada sobre a relação dos periódicos consultados com a ditadura.

⁸¹ *Diário de Notícias*, 26 de agosto de 1971, p. 4.

⁸² *Zero Hora*, 23 de abril de 1971, p. 6.

⁸³ Além dos editoriais citados, há numerosos outros que tratam da questão. Como

exemplo, ver: “Em defesa dos jovens”. *Folha de S.Paulo*, 6 de novembro de 1970, p. 4; “O terror e os moços”. *Folha de S.Paulo*, 20 de agosto de 1970 e “Adolescência abandonada”. *Diário de Notícias*, 27 de abril de 1971, p. 4.

⁸⁴ KUSHNIR, *op. cit.*, p. 312.